

ARTIGO

PAULO EMÍLIO E
OS FILMES NA CIDADE
(1966)
*economia, cultura laboral e
mentalidade na gênese do
subdesenvolvimento*

RAFAEL MORATO ZANATTO

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
rafael_zanatto@hotmail.com
orcid.org/0000-0001-6623-4668

No presente artigo, realizarei a remontagem e interpretação das anotações manuscritas do historiador de cinema Paulo Emílio Sales Gomes para o curso *Os filmes na cidade* (1966). Esse mosaico de fragmentos, palavras-chave, fichamentos de obras de referência e anotações pessoais será interpretado à luz do conjunto dos trabalhos históricos para demonstrar a tese de que Paulo Emílio realiza no curso uma história do cinema de longa duração. Nesse sentido, pretendo demonstrar como o historiador investiga a história econômica, psicológica e social do Brasil no século XIX em busca da gênese de aspectos fisionômicos persistentes no fenômeno cinematográfico brasileiro em um contexto de subdesenvolvimento.

*Historiografia e Cinema – Cinema Brasileiro –
Paulo Emílio – História do Brasil*

Bolsista FAPESP (nº 2019/13106-8)

ARTICLE

PAULO EMÍLIO AND
THE FILMS IN THE CITY
(1966)
*economy, labor culture and
mentality in the genesis of
underdevelopment*

RAFAEL MORATO ZANATTO

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brazil
rafael_zanatto@hotmail.com
orcid.org/0000-0001-6623-4668

In this article, I will perform the reassembly and interpretation of the handwritten notes of the film historian Paulo Emílio Sales Gomes for the course *The films in the city* (1966). This mosaic of fragments, keywords, annotations of reference works and personal notes will be interpreted in the light of the set of historical works to demonstrate the thesis that Paulo Emílio performs a long-term history of cinema in the course. In this sense, I intend to demonstrate how the historian investigates the economic, psychological and social history of Brazil in the nineteenth century in search of the genesis of persistent physiognomic aspects in the Brazilian cinematographic phenomenon in a context of underdevelopment.

*Historiography and Cinema – History of Brazilian Cinema –
Paulo Emílio – History of Brazil*

Na historiografia cinematográfica contemporânea, o reconhecimento da atuação de Paulo Emílio Sales Gomes no desenvolvimento das pesquisas históricas de cinema no país é cada vez maior. Como crítico de cinema, conservador-chefe da Cinemateca Brasileira e professor de história do cinema na ECA (USP), curso que ajudou a fundar, Paulo Emílio identificou e inventou uma tradição para o cinema brasileiro, interpretando-a em sua trajetória no subdesenvolvimento.

Nos livros *Paulo Emílio no Paraíso* (2002) e *Imagens do Passado* (2003), ambos de José Inácio de Melo Souza, as contribuições históricas de Paulo Emílio foram comparadas ao contexto das pesquisas no país. Nota-se, nas análises, o enfoque dirigido aos métodos e critérios mobilizados pelo intelectual na primeira narrativa criteriosa sobre a história do cinema brasileiro: *70 anos do cinema brasileiro* (1966), resultado da colaboração entre Paulo Emílio, que redigiu o ensaio *Panorama do Cinema Brasileiro* (1966) e Adhemar Gonzaga, que disponibilizou seus arquivos e coleções iconográficas. Mais recentemente, o livro *Trajectoria de Paulo Emílio* (2013), de Adilson Mendes, focou-se nos momentos decisivos do desenvolvimento, na obra de Paulo Emílio, de uma perícia investigativa e de um estilo narrativo original: as obras históricas *Jean Vigo* (1957) e *Humberto Mauro, Cataguazes, Cinearte* (1974).

No âmbito da preservação, os trabalhos de Fausto Douglas Correia Jr., *A Cinemateca Brasileira: das luzes aos anos de chumbo* (2010), e de Carlos Roberto de Souza, *A Cinemateca Brasileira e a Preservação de Filmes no Brasil* (2009), enfatizaram a importância do intelectual na formação da instituição e sua luta pela preservação e difusão democrática do patrimônio histórico cinematográfico brasileiro, hoje profundamente ameaçado por mais uma crise que se abate sobre a Cinemateca. Em 2015, Eduardo Morettin e Ismail Xavier publicaram o artigo *La critique cinématographique au Brésil et la question du sous-développement économique: du cinéma muet aux années 1970* (2015), no qual fixam as principais contribuições de Paulo Emílio na compreensão da realidade brasileira, vista em perspectiva histórica. Mais recentemente, outro artigo contemplou o tema do subdesenvolvimento: *A crítica engajada de Paulo Emílio: cinema, subdesenvolvimento e seus impasses* (2020), no qual Leandro Saraiva e Maurício Cardoso analisam os debates sobre a noção de subdesenvolvimento no campo cultural brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, cotejando o texto clássico de Paulo Emílio *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento* (1973) às perspectivas de artistas e intelectuais como Glauber Rocha, Antonio Candido e Ferreira Gullar.

Em 2016, como parte das comemorações do centenário de Paulo Emílio, a Cinemateca Brasileira e o CINUSP realizaram o festival 100 Paulo Emílio, evento que exibiu os filmes estrangeiros e brasileiros mais expressivos de sua concepção cinematográfica. Na festividade, o Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca finalizou a identificação e processamento da produção intelectual de Paulo Emílio do que havia ficado de fora das iniciativas anteriores, completando um trabalho de décadas descrito por Olga Futemma na dissertação *Arquivo Paulo Emilio Salles Gomes: rastros de perícia, método e intuição* (2006).

Nesse novo momento, a totalidade da produção intelectual de Paulo Emílio foi integralmente digitalizada pela Cinemateca.¹ Dispostos na base de dados da instituição, foi possível realizar uma comparação global dos mais de mil documentos conservados nessa categoria tendo em vista a identificação de aspectos comuns, como estado de conservação, dobras, acidificação, ferrugem, caligrafia, tintas, etc. Executando essa operação, em outros trabalhos, preenchi lacunas e identifiquei novos conjuntos, até então parcialmente dispersos. No caso dos esquemas de aula e fichamentos utilizados por Paulo Emílio, essa técnica permitiu a identificação do documento *Folha Esparsa Eneida*, parte do curso *Os filmes na cidade* (1966), nome não sinalizado em nenhum dos documentos analisados, mas que atribuí a partir do cotejo entre a temática das aulas, o período e as informações do *Curriculum Vitae* (1973, 0752) de Paulo Emílio. Sobre a datação da documentação, além das informações do currículo, levamos em conta as datas (mês e dia) presentes nos documentos 0488, 0490 e 0496. Outro elemento determinante para a datação do conjunto foi o manuscrito *Inventos e Impulsos* (0492), datado do 4º trimestre de 1965, que foi revisado e incorporado nas discussões da aula inaugural do curso (2 de maio de 1966, 0491), apontado no esquema geral como material de apoio. Além da temática, os riscos e as rasuras que o documento apresenta foram interpretadas como práxis comum da atividade professoral: a revisão de anotações em busca de um novo encadeamento didático.

No curso, o historiador concretiza um objetivo antigo: escrever uma “obra de psicologia social” que elucidasse a “curva da sensibilidade cinematográfica do povo brasileiro”. O projeto de Paulo Emílio, enunciado no Congresso da FIAF em Roma (FIAF 1949, 28), resultou das pesquisas históricas que realiza na década e meia seguinte, quando em 1963, afirma no *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo* que gostaria de “ser bastante sociólogo ou psicólogo social para enfrentar com armas adequadas esse monstro quotidiano, universal e íntimo” que era a fisionomia do público brasileiro, sua “curva de sensibilidade” (1982b, 328) – tarefa que assume após o fracasso da CPI do cinema (Pinto 2017), da crise da Cinemateca, do golpe civil-militar de 1964 e da demissão da Universidade de Brasília, onde atuava como professor do curso de cinema (Souza 2002). Munido de instrumentos como o “bom senso e imaginação” (1982b, 329), Paulo Emílio localiza no século XIX e XX aspectos técnicos, econômicos, psicológicos, sociais, artísticos e culturais que se manifestam como constantes na história do Brasil e do cinema brasileiro.

Examinando o conjunto dos manuscritos que sobreviveram, nota-se a adoção de um recorte temporal situado entre 1808, data da chegada da família real portuguesa ao Brasil, até aquele presente (1966). O período compreendido entre 1808 e 1896 trata de aspectos da economia, da tecnologia, da mentalidade e da vida cultural das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. O segundo período, demarcado entre a chegada do cinematógrafo (1896) até 1966, sinaliza o emprego integral de informações trabalhadas no ensaio *Panorama do Cinema*

¹ A incorporação desses novos materiais para consulta pública em sua forma digital, contudo, ainda não foi efetivada. Todos os documentos analisados compõem a Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, do Centro de Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira, instituição que hoje encontra há quase dois anos abandonada pelo Governo Federal. Em igual medida, o Banco de Conteúdos Culturais, projeto de 2009, que permitia o acesso a parte do acervo da instituição, está há meses fora do ar. Nesse contexto em que a distopia se impõe como realidade, o fechamento da Cinemateca parece ser mais uma jogada na guerra cultural promovida pelo negacionismo contemporâneo.

Brasileiro (1966), publicado no mesmo ano. Por esse motivo, as anotações sobre o século XIX são mais densas, esquematizadas em planos de aula e fichamentos, enquanto que as aulas sobre a história do cinema brasileiro são bastante fragmentárias, algumas delas inexistentes, resumidas a planos de slides que sinalizam profunda apropriação dos temas trabalhados no curso e publicados em livro (1966). Já as pesquisas sobre a história do Brasil antes da chegada do cinematógrafo (1896) não receberam maior acabamento, restando inéditas.

Nos manuscritos,² os estudos sobre o século XIX foram apresentados em dois arranjos: o primeiro, na aula de 2 de maio e parte da aula do dia 9 do mesmo mês, concentra-se no estudo das técnicas, da mentalidade e da cultura laboral do Brasil entre 1808 e 1896. O segundo arranjo, tratado na segunda parte da aula do dia 9 e em 16 de maio, divide-se em dois períodos: 1808-1850 e 1851 e 1896, voltados à elucidação das manifestações culturais mais expressivas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como a dança, a música, os festejos cívicos e religiosos, sagrados e profanos. Já na aula do dia 23 de maio, que não compõe os dois primeiros arranjos, Paulo Emílio planejou tratar dos divertimentos como o Panorama, a Inana, Museu de Cera, Taumateon e outros aspectos da atmosfera cultural da cidade do Rio de Janeiro delimitada temporalmente entre o advento do cinematógrafo e a primeira década do século XX, quando nos aproximamos do cinema como fenômeno da vida moderna situado paralelamente às proezas aéreas, náuticas, automobilísticas, às reformas urbanas, o ciclismo, etc. Embora essas anotações tenham amparado a narrativa histórica cinematográfica de *Panorama* (1966), elas não despenderam grande papel na forma final do ensaio. Em alguns fichamentos, nota-se como Paulo Emílio reúne recursos para atravessar o marco temporal estabelecido com a chegada do cinematógrafo ao Brasil identificando a persistência dessas fisionomias culturais e políticas nos filmes produzidos nas duas primeiras épocas do cinema brasileiro (1896-1912 e 1912-1922).

Às vezes, o encadeamento dessas aulas é indicado por esquemas ordenadores e códigos que indicam fichamentos de literaturas de viagens, memoriais e livros de história, dos quais transcreve passagens integrais ou indica temas por palavras-chave e paginação. Em outros documentos, contudo, o caráter mais fragmentário de alguns manuscritos demandou maior esforço imaginativo e interpretativo de sua significação a partir do cotejo com o conjunto da produção intelectual de Paulo Emílio. Diante da dimensão das problemáticas tratadas no curso, analisaremos no presente artigo, o primeiro da série *Os filmes na cidade* (1966),³ apenas as questões de ordem econômica, técnica, laboral e psicológica tratadas nas aulas do dia 2 e 9 de maio, nas quais o historiador interpreta a gênese do subdesenvolvimento que irá se manifestar na história do cinema brasileiro.

² Documentos da Coleção Paulo Emílio Sales Gomes PEPI 0488, PEPI 0489, PEPI 0490, PEPI 0491, PEPI 0492, PEPI 0493, PEPI 0494, PEPI 0495, PEPI 0496 e *Folha Esparsa Eneidas*/nº.

³ A série ainda é composta por outros três artigos: Paulo Emílio e *Os filmes na cidade* (1966): a gênese da comédia musical. *REBECA – Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, v. 9, n.2 (2020): <https://rebeca.socine.org.br/1/article/view/661>; Paulo Emílio e a Fisionomia Histórica do Cinema Brasileiro: carnaval, futebol e outros rituais populares. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 17, a. 17, n. 2, 2020: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/952/887>; A gênese do Ritual do Poder e do Berço Esplêndido nos filmes documentais. *Revista de História (São Paulo)* [no prelo].

Nesse estudo de gênese, Paulo Emílio tem como principal referência o livro *A Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, ao lado de outros aportes bibliográficos que sustentam sua argumentação: *Desenvolvimento ou Escravidão* (1964), de Humberto Bastos; *A luta pela industrialização do Brasil* (1961), de Nícia Vilela Luz; *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (1954), de Ernani da Silva Bruno e *Metamorfozes do Escravo* (1962), de Octávio Ianni. Paulo Emílio também consultou fontes como o livro *Minha Formação* (1900), de Joaquim Nabuco e o relato do viajante inglês John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1820). Montado o mosaico, interpretaremos essas anotações à luz dos trabalhos históricos escritos antes e depois do curso, elo até agora perdido de seu pensamento que permitirá uma melhor compreensão da formulação de conceitos-chave com os quais interpreta a economia, a cultura laboral e a mentalidade importadora do país como elementos centrais em sua interpretação histórica do cinema brasileiro, sua situação colonial, seu subdesenvolvimento.

UMA INDUSTRIALIZAÇÃO PENOSA

No manuscrito da aula de 2 de maio (1966, 0491), Paulo Emílio analisa a gênese da descontinuidade crônica que detecta na história do cinema brasileiro de ficção, marcado por impulsos produtivos e interrupções: evidências reveladas nos trabalhos *Uma Situação Colonial* (1960) e *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento* (1973). Nesse estado de subdesenvolvimento, o cinema brasileiro havia sido incapaz de “encontrar dentro de si próprio energias que lhe permitam escapar à condenação do subdesenvolvimento, mesmo quando uma conjuntura particularmente favorável suscita uma expansão na fabricação de filmes” (Gomes 1973; 2016, 186).

Para entender esse estado de coisas, Paulo Emílio recorre ao livro *A Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, a principal referência de sua interpretação econômica do subdesenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, do nosso cinema. Para Paulo Emílio, o estado de subdesenvolvimento que os realizadores cinematográficos amarguravam poderia ser interpretado à luz dos desafios enfrentados pelos industriais brasileiros no século XIX, época em que os ciclos da economia cafeeira, baseada em ganhos e perdas diante da variação do preço internacional do café, regiam o destino da nação. Entre momentos de bonança e de reveses, Paulo Emílio afirma que o Estado brasileiro era a “emanação dos próprios cafeicultores”, agindo diretamente na socialização das perdas mediante a desvalorização da moeda nacional para com isso reduzir o impacto da crise no produtor brasileiro (1966, 0491).

Em seu estudo, Furtado demonstra como a economia brasileira “havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores”. Esse mecanismo resultava diretamente na elevação dos custos de importação (2003, 183), criando assim um ambiente favorável para o desenvolvimento de iniciativas industriais locais, que nesses momentos encontrava melhores condições econômicas para competir com o produto estrangeiro em seu próprio mercado com a majoração, no mercado local, dos insumos e manufaturados, embora tendências ideológicas que ecoavam na voz dos cafeicultores e seus representantes políticos atuassem na sustentação de uma economia dependente das importações.

Baseando-se no trabalho de Nícia Vilela Luz, Paulo Emílio indica que os cafeicultores defendiam que o Brasil “deveria se restringir à agricultura e à indústria extrativa”, “as mais racionais e lucrativas” (1965, 0492), como nos indica a reutilização no curso do manuscrito *Inventos e Impulsos* (4º trimestre de 1965). Eles ainda acreditavam que as populações rurais eram “mais felizes” que as urbanas e recomendavam que era “‘mais desejável’ promover a democracia rural do que aumentar a população operária nas cidades”, algo visto com preocupação, pois isso implicaria na despovoação e no empobrecimento dos distritos rurais, incapazes de conter fluxos populacionais que afluíam aos centros industriais (Luz 1978, 55-58).

Ao lado dos obstáculos sustentados pelos cafeicultores, Paulo Emílio examina as disputas alfandegárias protagonizadas por comerciantes, de um lado, e industriais, do outro. Os comerciantes defendiam a redução das tarifas alfandegárias incorporadas ao preço final das importações com o fim de ampliar sua presença no mercado local. No outro lado da disputa, os industriais defendiam a majoração das tarifas alfandegárias, visando ampliar o preço final das importações e com isso encontrar melhores condições na comercialização dos produtos nacionais em seu próprio mercado (Luz 1978, 55-58).

O viés importador do comércio é pensado em relação a presença massiva de comerciantes estrangeiros no mercado nacional, como notamos a atenção conferida pelo historiador ao livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1942), de John Luccock. No livro, o viajante apresenta um retrato da ampliação das atividades comerciais no Brasil a partir da abertura dos portos às nações amigas. Segundo as informações do livro anotadas por Paulo Emílio, em 1808, entraram no Rio de Janeiro 90 navios estrangeiros, e no ano seguinte, 422. As empresas britânicas abriram representações nos estados do Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Pernambuco e em decorrência disso, caixeiros viajantes ingleses percorreram cidades do interior vendendo e comprando, enfim, conquistando o mercado brasileiro. Paulo Emílio pontua que desde os primeiros anos de sua presença, os ingleses tentaram comercializar artigos que não possuíam qualquer utilidade no país, como “cobertores de lã, fogões para calefação de apartamentos, bacias de cobre para aquecer a cama e... patins para gelo”. O mais “extraordinário”, segundo Luccock, “era que essas mercadorias utilíssimas na Groenlândia encontraram compradores nos trópicos, tal era a ânsia de objetos manufaturados num país onde não existiam fábricas”. No Brasil, esses utensílios eram adaptados às necessidades nacionais: os cobertores de lã eram usados pelos mineradores na lavagem do ouro, substituindo o couro. As *bassinoires*, usadas no aquecimento de leitos e dormitórios, recebiam mais furos para servirem de escumadeiras nos engenhos de açúcar e os patins viravam facas, ferraduras e outros objetos de aço (Luccock 1942, V-VI). O destaque dado à problemática sugere um paralelo entre a inadequação natural do produto estrangeiro às necessidades nacionais, algo que Paulo Emílio reconheceu confrontando a perfeição do cinema estrangeiro à expressividade cultural dos filmes brasileiros.

Apesar disso, os produtos estrangeiros, assim como os filmes, continuaram a imperar no mercado nacional. Amparado na obra de Luz (1978), Paulo Emílio identifica cronologicamente algumas decisões fundamentais para o desenvolvimento das iniciativas comerciais e industriais. O primeiro exemplo citado é o alvará emitido em 1 de abril de 1808, que permitiu a liberdade de indústria e outras iniciativas, privilegiou a importação de maquinário e ofereceu crédito às manufaturas de lã, algodão, seda, ferro e aço. Apesar dos incentivos iniciais, a taxaço das importações não havia sido

suficiente para criar condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria nacional. Paulo Emílio elucida o predomínio inglês citando a tarifa preferencial de apenas 15% que gozavam, 1% abaixo da aplicada aos produtos portugueses. Duas décadas depois, em 1828, a tarifação foi estendida a todas as mercadorias estrangeiras, incluindo as francesas, o que não abalou a supremacia inglesa no mercado nacional e implicou apenas na ampliação da dependência de importações anglo-francesas até 1840, como enfatiza a partir do livro *Democracia ou Escravidão* (1964), de Humberto Bastos (Gomes 1965, 0492). Se arranjo tarifário foi fundamental para o reconhecimento internacional da independência do Brasil pelos países estrangeiros, o efeito colateral foi a manutenção de uma situação colonial, baseada na exportação de matérias-primas e na compra de produtos importados. Diante da perpetuação dessa situação nas primeiras décadas do século XIX, os industriais não poderiam esperar qualquer apoio do Estado, vinculado ao interesse dos cafeicultores e comprometido com os acordos internacionais assinados na legitimação internacional do Brasil como país independente, foram interpretados como a primeira causa de nossa “industrialização penosa” (Gomes 1966, 0491).

Apenas após a prescrição destes tratados em 1840, novas possibilidades foram abertas para que algumas iniciativas ensaiassem políticas protecionistas fundamentadas nas preocupações alfandegárias e fiscais – base do sistema tributário brasileiro. Em 1841, as discussões se voltaram para a defesa de uma taxa alocada entre 29 e 60% ao produto estrangeiro, sendo por fim, em 1844, fixado na insuficiência de 30% e impactando negativamente a indústria de tecidos, incapaz de competir com o produto inglês. Já em 1852, o retorno do liberalismo culminou, em 1857, na redução da taxa sobre gêneros alimentícios e utensílios destinados à lavoura, acompanhada de uma paulatina redução nos impostos de gêneros de consumo em geral (Gomes 1965, 0492).

Apesar da transformação da ótica governamental, “a política imperial decidiu não abandonar as indústrias já existentes”, ou seja, as “64 Fábricas Nacionais oriundas da política industrial de D. João VI”, como as 21 fábricas de chapéus, rapé, sabão e cinco fundições. Na corte (RJ), existia a maior concentração de fábricas no período: “1 de cerveja; 1 de coisas envernizadas, 1 de óleos vegetais, 1 de tapetes e oleados, 1 de tecidos de seda, 1 de vidros e 1 de produtos químicos”. Como incentivo, algumas dessas fábricas recebiam isenção de impostos se não empregassem insumos importados na produção. Em contrapartida, não havia no país fábricas de cigarros, produto de grande consumo ao final do século XIX. Entre as causas do difícil desenvolvimento das indústrias, estava a falta de capitais (Gomes 1965, 0492), já que os disponíveis eram aplicados na socialização das perdas dos cafeicultores no mercado internacional, refletindo “a solidariedade fundamental do poder público” com as elites agrárias (Gomes 2016, 195).

FÓRMULAS ESTRANGEIRAS, DESAFIOS NACIONAIS

Outro aspecto importante do atraso tecnológico do país é atribuído por Paulo Emílio às poucas iniciativas industriais empreendidas pela elite nacional, que se resumiam na tradução de artigos de divulgação científica (1965, 0492). Essa elite, formada por filhos da aristocracia rural educados em Lisboa ou Paris, interpretava a realidade brasileira a partir dos conceitos estrangeiros. Eles interpretavam o Brasil segundo “irresistíveis fórmulas filosóficas, modelos salvadores” e introdutores da “felicidade nacional” e encontravam melhor “receptividade nos grupos de estudiosos das áreas de economia dependente. As garras dos conceitos como que abocanhavam e trituravam a inteligência tropical” (Bastos 1964, 11). O tema sinalizado nessas anotações encontra equivalência direta com o texto *Um mundo de ficções* (1960), publicado no *Suplemento Literário*, no qual Paulo Emílio observa como dado fisionômico da situação colonial compartilhada por críticos, conservadores do patrimônio, cineastas, distribuidores, exibidores e público, a compreensão da realidade nacional a partir de modelos interpretativos estrangeiros, responsáveis por imprimir ficções que se perpetuaram na compreensão dos problemas, tanto do cinema quando da realidade brasileira (1982b).

O desdobramento das ideias estrangeiras em solo nacional é identificado na iniciativa de João Diogo Sturtz, que na primeira metade do século XIX havia tentado chamar a atenção para os “efeitos das máquinas e suas vantagens na riqueza pública e a necessidade de sua introdução no Brasil” (Gomes 1965, 0492). Apesar de não aparecer citado no manuscrito, Paulo Emílio se refere ao panfleto *Efeitos benéficos das máquinas, do combustível, e do aperfeiçoamento dos meios de transporte sobre a prosperidade das Nações*, no qual Sturtz compara as grandes possibilidades que o desenvolvimento tecnológico poderia oferecer a um país tão grande e carente de mão de obra, como o Brasil. Esse aspecto o distinguia dos países desenvolvidos, com seus territórios limitados e excesso de trabalhadores, como sinaliza Bastos quando conta a experiência relatada por Sturtz do Sr. Monlevade, “discípulo da Escola Politécnica de Paris”, que à época “estava com uma esperançosa organização siderúrgica no interior de Minas Gerais”. Em sua propriedade, existia uma fundição, forjas, moinhos de cortar ferro, eram “arranjos tão perfeitos”, dez vezes melhores em comparação aos governamentais. “Salientava Sturtz que as 200 arrobas semanais do ferro fundido produzidas por Monlevade estavam sendo de maior utilidade para engenhos de secar pedra, sarilhos, ferreiros, latoeiros, torneiros, marceneiros e fundições existentes nas redondezas” (Bastos 1964, 261). Assim como na história do cinema brasileiro, iniciativas individuais voltadas à formação da indústria nacional eram alguns dos exemplos de que seria possível mudar esse estado de coisas, tanto da indústria quanto do cinema, se melhores condições produtivas fossem criadas pela esfera governamental, uma das reivindicações dos setores produtivos na Comissão Parlamentar de Inquérito do Cinema (1964).

Apesar da importância desses primeiros impulsos industriais nas primeiras décadas do século XIX, Paulo Emílio os situa entre a influência intelectual francesa e a dependência tecnológica inglesa (1965, 0492). Essa dependência é exemplificada pela descrição da atividade de pioneiros como Isaac Denning, que havia perfurado poços artesianos no Ceará; e dos mineiros da Imperial Brazilian Mining Association, como Harrington (Harrington & Star, fundição de ferro); ou Gilmour & Reed, que tentaram vender uma nova técnica de produção açucareira, e Gardner que tinha um “laboratório químico e

dava conferências, sempre prestigiadas com a presença de D. João VI” (Bastos 1964, 261). Há, no delineamento dessa situação, um evidente paralelo com a introdução do cinema no Brasil, que repetia a importância de estrangeiros na realização dos primeiros filmes nacionais, tal qual sustenta nos trabalhos *Panorama do Cinema Brasileiro* (1966) e *Pequeno Cinema Antigo* (1969).

A descrição desse contexto específico, que articula economia agrária, comércio e impulsos industriais alcança a esfera política na menção que Paulo Emílio faz, a partir da obra de Bastos (1964), da carta enviada ao Senado da Câmara da Bahia pelo desembargador João Rodrigues de Brito em 1807, na qual descrevia “o nosso atraso no aproveitamento dos recursos naturais” e reivindicava “maior produtividade econômica” a partir da introdução de novos instrumentos de aragem de terra, barcos a vapor, etc., tomada como um marco importante em nossa história (1964, 263-264). No cinema, esse mesmo atraso se refletia no não aproveitamento, ou mesmo no desperdício de nossos temas e paisagens pelos filmes brasileiros, quando ocupados em copiar temas e estilos que não os nossos.

INCOMPETÊNCIA TECNOLÓGICA OU ESCRAVIDÃO?

No tópico seguinte, “Escravidão e Tecnologia”, Paulo Emílio analisa a fisionomia da mão de obra brasileira e seu papel no desenvolvimento tecnológico. Há, no encadeamento dos subtópicos, uma exposição sequencial da escravidão, abolição do tráfico externo (1850), o contrabando, a lei do ventre livre (1871), a abolição da escravidão (1888) e a marginalização do negro no período subsequente (Gomes 1966, 0491).

A codificação do plano de aula indica que o historiador iria recorrer às anotações do manuscrito “*Inventos e Impulsos*” (Gomes 1965, 0492) e à obra de Bastos, enfatizando uma das ideias correntes no período: a de que a tecnologia industrial poderia substituir o trabalho escravo. Bastos explica essa percepção recorrendo ao caso de César Burlamaqui, quem, em 1850, defendeu em artigo publicado no *Manual das Máquinas*, que “não precisava de muitos exemplos para convencer os espíritos mais obtusos de que a utilização dos recursos tecnológicos poderia suprir a necessidade de braços”, que certamente iriam rair com a proibição do tráfico externo de escravos, assinada à época da publicação. A tese de Burlamaqui foi defendida duas décadas depois (1870) por Nicolau Joaquim Moreira, quando afirmou que duas áreas produtoras localizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro haviam conseguido maximizar sua produção nos primeiros anos após a abolição do tráfico graças a introdução de alguns processos mecânicos na lavoura” (Bastos 1964, 262). Mesmo com esses exemplos, Paulo Emílio afirma que o contrabando prosseguiu, assim como a persistente marginalização dos escravos e seus descendentes, mesmo após a abolição da escravidão (1888), amparando suas indicações no livro *Metamorfoses do Escravo* (1962), de Octávio Ianni (Gomes 1966, 0491), ponto de partida de sua análise sobre a cultura laboral do Brasil na primeira metade do século XIX.

Nesse período, os trabalhos de natureza técnica, como carpintaria, construção, etc., eram realizados por mão de obra escrava, como sustenta Paulo Emílio a partir do relato de Luccock (Gomes 1965, 0492). Esses artesãos trabalhavam na casa de seus proprietários e eram alugados para prestar serviços técnicos a terceiros. A partir da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, Luccock afirma que novas necessidades se multiplicaram, desencadeando o

aumento do valor da mão-de-obra, o que propiciou a emergência de uma nova classe social, composta de pessoas que compravam escravos com o fim de instruí-los em trabalhos técnicos para, posteriormente, vendê-los ou alugá-los (Luccock 1942, V-VI).

Nesse período, o trabalho técnico-artesanal, considerado chave para o desenvolvimento da indústria no país e para a formação de uma classe assalariada, foi feito por escravos, contrariando a própria modernidade professada pela indústria na reorganização das relações sociais de produção. Essa incompatibilidade natural entre o trabalho técnico e a escravidão é apresentada por Paulo Emílio como fundamento de um mito que assombrou o país durante muito tempo: explicar nosso atraso pela naturalização de uma “Incompetência Tecnológica” (1966, 0491) como ideologia fundamental para a legitimação de uma sociedade agrária e escravocrata. Diante da dimensão dessa problemática, Paulo Emílio examina as origens desse mito, buscando mais uma vez suporte no relato de Luccock, como indica a paginação do manuscrito. Segundo o inglês, no período em que João VI viveu no Rio de Janeiro (1808-1821), as atividades técnicas eram executadas por trabalhadores que se consideravam iniciados “nalgum mistério que apenas eles e os de sua confraria podiam compreender”. Luccock relata o espanto de alguns carpinteiros ao ver um inglês manejar um instrumento simples como uma serra, munido de destreza e velocidade. A qualidade dos trabalhos técnicos baseados no trabalho escravo era tão baixa que, para fazer a encomenda de algo, era necessário fazer um modelo grosseiro e com ele em mãos, bater de oficina em oficina para achar alguém disposto a realizar o projeto, “tão ignorantes e estúpidos eles eram” (Luccock 1942, V-VI), comentário pejorativo que desconsidera completamente o regime sob o qual trabalhavam.

Após a sugestão de que a baixa qualidade dos trabalhos técnicos era um reflexo da escravidão, Paulo Emílio sugere em suas notas a descrição da cultura laboral dos poucos “mecânicos brancos” que atuavam no Rio de Janeiro: eles se consideravam “fidalgos demais para trabalhar em público”, pois acreditavam que suas imagens ficariam degradadas “se vistos carregando a menor das coisas, pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas de seu ofício”. Segundo Luccock, eles preservavam o mesmo “orgulho tolo e a presunção formalizada” que imperava nos segmentos mais abastados da sociedade brasileira. Contudo, nessa categoria de trabalhadores, esse comportamento chegava a ser “um absurdo singular e ridículo” (Luccock 1942, V-VI).

Baseando-se nessas passagens, Paulo Emílio interpreta a “tradicional” incapacidade técnica dos brasileiros como resultado de uma sociedade que encarregava escravos dos trabalhos técnicos mais simples, restando aos estrangeiros as atividades técnicas mais complexas. Ao mesmo tempo, essas atividades eram consideradas indignas aos brasileiros “bem-nascidos, isto é, qualquer brasileiro, a partir da segunda geração, com a pele não muito escura”. Esse comportamento aristocrático diante dos trabalhos técnicos era mais um dos aspectos que explicavam os motivos pelos quais a introdução e desenvolvimento do cinema no Brasil em seus primeiros momentos havia sido obra de estrangeiros, dada sua natureza técnica complexa, como acentuou em *Pequeno Cinema Antigo* (1969; 2016, 178). Esse comportamento cortesão, voltado apenas às atividades comerciais, contudo, explica a “falta de inventividade” e da naturalização da “incapacidade técnica” do país, derivadas de uma sociedade baseada na exploração do trabalho escravo.

INSTRUÇÃO TÉCNICA E ABOLICIONISMO

Após demarcar a cultura laboral do Brasil no século XIX, Paulo Emílio promove um “Panorama geral e outros exemplos” da aptidão técnica e da inventividade como contraponto ao mito arraigado na sociedade brasileira recorrendo ao livro *História e Tradições de Cidade de São Paulo* (1954), de Ernani da Silva Bruno (Gomes 1966, 0491). A partir do cotejo entre as anotações do manuscrito e o primeiro volume da monumental obra de Bruno, nos defrontamos com um panorama completo das atividades laborais em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX através dos relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a cidade.

Nesse período, viajantes como John Mawe (1807) notaram que técnicas de produção do século XVII ainda eram executadas na cidade. O viajante refere-se diretamente a fabricação de utensílios de barro “enfeitados com certo gosto” por “índios crioulos” nos arredores de São Paulo. Partindo do relato do médico sueco Gustavo Beyer, *A viagem a São Paulo no verão de 1813*, Bruno atesta que além da “indústria caseira” indígena, a cidade possuía metalúrgicas, indústrias de “rendas de largura e fineza excepcional” e fábricas de “tecidos de algodão de várias cores e qualidades”, manufaturadas por mão de obra feminina. Entre os melhores produtos estavam os mosquiteiros, “tão finos que não poderiam ser atravessados por qualquer espécie de mosquito” (Bruno 1954, 320). Para atender às demandas nacionais, a invenção do descaroador de algodão manual era notável. Consistia num instrumento simples, feito de madeira, bastante eficiente e barato, que podia ser feito por qualquer “carpinteiro remendão” (Bruno 1954, 325).

O relevo conferido por Paulo Emílio às informações contidas na obra de Bruno atua em sua exposição para legitimar a posição de que fazíamos o melhor lidando com os nossos próprios problemas, nossa realidade, e não tentando copiar identicamente os modelos estrangeiros, incompatíveis muitas vezes às necessidades da nação, tanto técnica, quanto psicológica e social. Pode-se aferir que nesse estudo, Paulo Emílio reuniu argumentos para afirmar como fisionomia nacional nossa capacidade de adaptação e inventividade, a mesma que atuou na adaptação dos objetos estrangeiros às necessidades nacionais, os patins de gelo transformados em faca e as *bassinoires* transformadas em escumadeiras nos engenhos. Talvez resida nesses exemplos a identificação na fisionomia nacional de nossa “incompetência criativa em copiar” o que vem de fora: “não somos europeus nem americanos do Norte, mas, destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro”, como sustentou em *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento* (1973; 2016, 190), combinada a destreza de desenvolver tecnologias apropriadas para os problemas nacionais, como pode-se aventar na menção à qualidade dos mosquiteiros paulistas.

Mesmo com exemplos evidentes da inventividade tecnológica e da capacidade de adaptação, as dificuldades técnicas eram uma penosa realidade, como ficou demonstrado no exemplo do fazendeiro Joaquim dos Santos Camargo que, para instalar em sua fazenda em Campinas um “engenho de maquinismo horizontal para moagem de cana por meio de cilindros de ferro”, teve que “mandar buscar um mestre na Bahia”, dada a escassez de mão de obra especializada. Um aspecto interessante apontado na obra de Bruno é a descrição de uma fábrica de armas que havia sido transferida do Rio de Janeiro para São Paulo. Segundo o relato do botânico Karl Friedrich Philipp von

Martius, a produção era conduzida por oito mestres-operários alemães importados da fábrica de Potsdam, e “tinham debaixo de suas ordens negros e mulatos um tanto desatentos. Era difícil conseguir trabalhadores”. Apesar da boa qualidade dos armamentos, a velocidade do processo produtivo era lenta, o que fazia com que seu preço final fosse semelhante ao do produto estrangeiro, já consolidado no mercado (Bruno 1954, 321). A falta de instrução técnica dos trabalhadores da fábrica de armamentos poderia ser comparada ao subdesenvolvimento técnico contra o qual a Vera Cruz se defrontou, tendo que importar técnicos ingleses e italianos para produzir filmes capazes de competir no mercado internacional e, após a interrupção das atividades da empresa, os desafios das ações pedagógicas do Seminário de Cinema do MAM e da Cinemateca Brasileira nos anos 1950, voltadas à instrução técnica e cultural de profissionais do campo cinematográfico e que na década seguinte, alcançariam os meios universitários com a fundação de cursos superiores de cinema.

No desfecho de sua exposição, Paulo Emílio indica a leitura do livro *Minha Formação* (1900), uma autobiografia de Joaquim Nabuco, na qual relaciona o mundo laboral paulista à luta pelo abolicionismo. Mais uma vez, o cotejo dos fragmentos de Paulo Emílio à obra representa a ambiguidade imanente ao emprego de trabalho escravo na produção industrial. Temos ciência dessa atuação na definição que Nabuco oferece de cinco ações que cooperaram para o abolicionismo, como a atuação de jornalistas, políticos, panfletários, magistrados, etc.; daqueles que se propunham a destruir materialmente e libertá-los à força; a ação dos próprios proprietários, que diante da precipitação do movimento abolicionista, “diminuíam diante dele as resistências, libertando em massa as suas fábricas”, etc. (Nabuco 1998, 190). Apesar de que ao fim desse processo, consolidaram-se novas formas de marginalização dos antigos escravos, substituídos paulatinamente nas fábricas pela mão de obra estrangeira que aportava no país.

FALTA DE INVENTIVIDADE?

Ao lado da precariedade técnica e de uma cultura laboral incompatível com a modernidade, Paulo Emílio analisa no tópico seguinte da aula a “falta de inventividade”, ou na realidade, a pouca expressividade de invenções tecnológicas no país, baseando-se na “análise de Humberto Bastos das patentes” (Gomes 1965, 0491). No livro, Bastos parte da aprovação da Lei de 28 de agosto de 1830, que “regulava a concessão de privilégios e registro de patentes e garantias aos inventores, mais ou menos copiada da francesa”. Apesar disso, a legislação havia permanecido incólume nas décadas seguintes, não acompanhado “as modificações que esta recebera durante o século no esforço de concorrer com a inglesa e a norte-americana”. Outra razão do fracasso no desenvolvimento tecnológico é atribuída por Bastos à displicência dos dirigentes brasileiros, indiferentes diante da importância em fomentar conhecimentos técnicos e apoiar a racionalização da produção. Esses fatores resultaram no modesto registro de apenas 31 patentes entre 1831 e 1850, enquanto que entre 1831 e 1882, aproximadamente 677 patentes haviam sido concedidas, muitas delas aproveitando dos benefícios da legislação para facilitar a importação de inventos estrangeiros. Comparando o número de patentes registradas no Brasil ao dos Estados Unidos, Bastos observa que entre 1851 e 1870, o país do Norte havia registrado 103 mil patentes, para posteriormente,

atingir o número de 125 mil apenas em 1880, e 208 mil em 1890, contra apenas 815 contabilizadas pelo Brasil no mesmo período (Bastos 1964, 263-264).

A lei das patentes de 28 de agosto de 1830, foi revista apenas em 1882 pela Lei n. 3129 de 14 de outubro, como indica Paulo Emílio. Pensando em um quadro temporal detido nos primeiros 13 anos da transformação da legislação, Bastos acentua o contraste entre o Brasil e os EUA, afirmando que no primeiro, foram registradas apenas 2.694 concessões entre 1845 e 1895, enquanto que nos EUA, 70.259 patentes foram registradas. “Dos números que eu disponho conclui-se que as concessões do longo período de 50 anos no Brasil equivaleram às dos Estados Unidos em apenas um ano: 1855” (Bastos 1964, 269).

A esmagadora diferença numérica entre os registros das patentes no Brasil e nos EUA legitimava a noção de “falta de inventividade” dos brasileiros, uma ideia que exerceu profundo fascínio em nossas elites dirigentes, amparadas nas ideias do conde Auguste Van der Straten-Ponthoz sustentadas no livro *Le Budget du Brésil ou Recherches sur les ressources de Cet Empire* (1854), no qual afirma que ao Brasil faltava a aptidão manufatureira “pelo caráter de sua população e pelas condições físicas do país”. Essas ideias ecoaram nas interpretações de membros da elite dirigente, como Joaquim Murinho e suas teses sobre a realidade nacional (Gomes 1965, 0492).

Em contraponto, erigiram-se personalidades como o engenheiro negro André Rebouças, empenhado em combater os privilégios dos produtos estrangeiros no mercado interno denunciando o descaso dos legisladores com as invenções nacionais. Em seu parecer, datado de 1874, Rebouças sustentava que apenas 114 “privilégios” à invenção nacional haviam sido concedidos entre 1866 e 1875, número irrisório e de responsabilidade governamental, e não manifestação de uma falta de inventividade natural: “No Brasil não há indústria, no Brasil não há espírito inventivo: serão os corolários desses tristes algarismos para os publicistas da Europa” (Bastos 1964, 263).

Diante desse confronto de teses, ocupadas em explicar o subdesenvolvimento técnico do país a partir de uma inaptidão natural ou através da ausência de incentivos estatais, Paulo Emílio mobiliza a obra de Bastos para comparar a produção industrial brasileira à estadunidense, apenas no ano de 1886, quando a Comissão Estatística do Trabalho havia revelado que “4 milhões de pessoas no parque industrial haviam produzido em nível igual a 21 milhões de pessoas em épocas precedentes à mecanização”, enquanto que o Brasil “ainda escravocrata recebia 2% de equipamentos mecânicos sobre o valor total das importações” (Gomes 1965, 0492). Em suma, estávamos fadados à condição de país agroexportador dependente de tecnologia estrangeira, fato ainda mais expressivo se observarmos o volume irrisório de tecnologias produtivas no volume de importação em comparação aos artigos manufaturados voltados ao consumo. “Essa displicência prosseguiu dominando os nossos meios econômicos e culturais, contribuindo para um reconhecido atraso tecnológico que se refletiria fatalmente, como se refletiu, na taxa de desenvolvimento econômico geral” (Bastos 1964, 264).

Em todo caso, entidades como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional atuavam na divulgação das descobertas científicas no estrangeiro buscando aplinar as distâncias entre os desdobramentos internacionais e a situação brasileira. Como aplicação direta desta política, Paulo Emílio observa o objetivo de introduzir usinas ou engenhos centrais nas áreas produtoras de cana-de-açúcar para substituir as técnicas empregadas nos engenhos-banguê, nos quais seus mecanismos eram movidos à tração animal e humana. Era

necessário modernizar e racionalizar a produção, pois “não era possível continuar a fabricar açúcar com aparelhos do século XVI” (Gomes 1965, 0492), um entre tantos desafios para aqueles que penavam no propósito de industrializar o país.

AUSÊNCIA DE ESPÍRITO ASSOCIATIVO E SOLIDARIEDADE

Outro fator importante para o desenvolvimento penoso da indústria nacional era a ausência de maquinário, comprovada pelo baixo volume de importações (2% do total ao final do séc. XIX) e a baixa capacitação da mão de obra, em grande parte escrava. Na década de 1860, tentou-se no país substituir o trabalho manual em algumas operações por máquinas, mas algumas delas “foram incapazes de se adaptar ao novo método e voltaram aos primitivos” métodos de produção. A taxa de importação baseada em 30% também era insuficiente, num momento em que a Seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional afirmava que para que houvesse equidade entre os produtos estrangeiros e nacionais, seria necessário implantar uma taxa de 100% sobre as principais importações (Gomes 1965, 0492).

Ainda na segunda metade do século XIX, a majoração das importações foi defendida pela indústria de chapéus, quando entre 1873-74, apelaram para a união do setor na reivindicação de políticas protecionistas que visavam ampliar a capacidade de os chapéus de pele de coelho nacionais fazerem frente aos chapéus de feltro alemão, até que em 1880, importadores e comerciantes de chapéus se organizaram para reivindicar a redução da taxa sobre os artigos importados. Em oposição, os fabricantes se organizaram e “dirigiram ao governo uma representação” tentando promover um ambiente favorável para suas demandas através da publicação de pequenos artigos dirigidos aos operários, força social que despontava” (Luz 1978, 55-58).

A “luta” dos produtores de chapéus de pele de coelho pelo estabelecimento de políticas protecionistas e a não adesão dos comerciantes às suas pautas, encontra paralelos interessantes com o texto *O dono do mercado* (1961), publicado no *Suplemento Literário*. No artigo, Paulo Emílio se fundamenta no relatório de Cavalheiro Lima, lido na Primeira Convenção Nacional da Crítica Cinematográfica (1960), para evidenciar a incapacidade dos filmes brasileiros em competir com os filmes estrangeiros que aqui já chegavam com seus custos de produção cobertos pela lucratividade conquistada em seus países de origem. O encadeamento de sua interpretação cinematográfica encontra outro paralelo interessante com os textos publicados no *Suplemento Literário* no início da década de 1960, como *Um mundo de ficções*, no qual um dos temas tratados foi a incapacidade de espírito associativo entre produtores e exibidores, ensaiada timidamente no início da década de 1930, quando esses e outros setores se mobilizaram para a aprovação do Decreto-lei n. 21. 240 de 1932, que assegurou uma cota de tela às produções brasileiras de curta-metragem. Contudo, no mesmo decreto, os exibidores conseguiram flexibilizar as importações de filmes de longa-metragem, satisfazendo sua “mentalidade importadora” (Gomes 1982b, 298).

Mais tarde, na palestra *O cinema brasileiro na década de 1930* (1973b), Paulo Emílio acentuou que a demanda dos exibidores precipitou o declínio da esperança dos setores produtivos, pondo fim à expectativa de solidariedade ensaiada entre os exibidores e produtores de filmes e que havia sido tão

importante para o cinema nacional em sua *belle époque* (1908-11), identificada em *Panorama do Cinema Brasileiro* (1966). Nesse sentido, a falta de espírito associativo na relação entre produtores e exibidores é interpretada como resultado de um estado de subdesenvolvimento permanente. Com o mercado interno desprotegido pela legislação, os produtores nacionais eram quase incapazes de competir com os produtos estrangeiros, principalmente nos momentos de valorização da moeda nacional e do decorrente aquecimento das importações.

A mesma incapacidade de espírito associativo identificada entre os produtores de cinema para levar adiante suas reivindicações é apontada por Paulo Emílio como uma das causas da amargura da indústria nacional no século XIX, que, após um primeiro impulso, viu suas ambições tragadas em 1881, com o fim do ciclo protecionista. Nesse momento, os legisladores reduziram a taxa sobre as matérias-primas nacionais, o que favoreceu a indústria, mas, ao mesmo tempo, a taxa sobre os produtos importados também despencou. Na página citada por Paulo Emílio, observamos que Luz afirma que com o retorno “às tendências liberais já manifestadas na tarifa de 1874”, “as conquistas de 1879”, que majoraram a importação de produtos aqui fabricados foram revogadas sob a alegação de que um regime protetor beneficiaria apenas “meia dúzia de fabricantes, em prejuízo da grande massa de consumidores” (Luz 1978, 55-58).

A falta de espírito associativo entre os setores produtores da indústria nacional foi determinante para sua incapacidade de resistir a essa mudança de cenário. Na reunião da assembleia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, compareceram apenas 20 membros, que de certo modo, oferecia um retrato do estágio de industrialização do país: “Além dos representantes de fábricas de tecidos, chapéus, velas, produtos químicos, construções navais, fundições, etc.”, estavam presentes “caldeiros, serralheiros, latoeiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, etc.”. Outro fator observado foi a clara oposição dos interesses entre as seções comercial e industrial nas discussões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Gomes 1965, 0492). A solidariedade entre os fabricantes, importadores e comerciantes chegava ao fim com a maior competitividade do produto estrangeiro no mercado interno, empurrando o produto nacional à marginalização, tal como havia acontecido com os filmes nacionais após sua bela época (1908-11) e com a redução das taxas de importação dos filmes estrangeiros conquistada pelos exibidores no decreto-lei de 1932, após a efervescência do cinema nacional em decorrência da demora na adaptação do cinema sonoro estadunidense aos mercados estrangeiros (Gomes 1973b), como também evidenciou Ismail Xavier (2017) em sua dissertação de mestrado, orientada por Paulo Emílio e publicada em 1978.

O limitado espírito associativo dos industriais e a falta solidariedade entre produtores e comerciantes é explicada por Luz como resultado do favorecimento de algumas fábricas em detrimento de outras, além do aventureirismo, da má-fé e da falta de escrúpulos de alguns industriais. Desse modo, criou-se um “ambiente psicológico pouco favorável à indústria nacional” (Luz 1978, 38). Diante desse clima de insegurança, Paulo Emílio acentua a “amargura de Mauá” (Gomes 1965, 0492) diante da posição dos fazendeiros, “que preferiam aplicar as suas economias em apólices do governo, amedrontados, como viviam, com a instabilidade de uma economia sujeita a crises frequentes, presa fácil de aventureiros e especuladores” (Luz 1978, 39).

MENTALIDADE IMPORTADORA

Nesse ambiente econômico e psicológico pouco propício para o florescimento da indústria nacional, afluiu em seu lugar uma “mentalidade importadora”, tema do último tópico do manuscrito (VI) (Gomes 1966, 0491). Sua codificação nos remete a Aula 9 de maio, manuscrito menos fragmentário que os anteriores. Nos textos *Uma situação colônial*, *Um mundo de ficções* e *Agonia da ficção*, Paulo Emílio já havia interpretado nossa mentalidade importadora como resultado de um contexto histórico de dependência, mas ao estudar o século XIX, há maior ênfase no fato de que “essa situação – de fato importadora – criou uma mentalidade importadora. Falaremos muito no correr de nosso curso nessa mentalidade. Vamos encontrá-la a todo instante”, mas que num primeiro momento, é introduzida a partir da apresentação do “elogio fúnebre que Max Fleiuss fez de Oliveira Lima em 1928” no Instituto Histórico, em 23 de maio (Gomes 1966, 0496).

No discurso, para atestar a grandeza e a importância do embaixador brasileiro, Fleiuss cita algumas cifras sobre o volume de importações que o Brasil realizou da Bélgica: em 1910 adquirimos 55 milhões de francos em mercadorias, e dois anos depois, 84 milhões, o que nos rendeu o posto de quinto maior importador da produção belga e motivou o orador a concluir que as medidas “inteligentes” praticadas por Oliveira Lima “não só permitiram aos exportadores belgas desafogar os seus estoques, como deram mais trabalho a população fabril da Bélgica”. Para Paulo Emílio, esse cenário ainda seria mais melancólico se observássemos que Oliveira Lima “não tinha nada de um imbecil. Ele compreendia muito bem a importância da tecnologia aplicada a produção e advogava a necessidade do ensino industrial”, citando seu livro publicado postumamente: *Memórias: Estas minhas reminiscências*, na qual reafirma a importância das iniciativas modernizantes do governador pernambucano Barbosa Lima: “ele compreendia em 1895, que no fim do século XIX, o açúcar não podia mais ser fabricado com os aparelhos do século XVI que figuram nas gravuras” de Gaspar Barléu (Gomes 1966, 0496).

O pensamento retrógrado, pouco afeito à introdução de maquinário do qual não compartilhava Oliveira Lima se manifesta finalmente na sátira dirigida ao Visconde de Cabo Frio, quando questionou Euclides da Cunha sobre a contratação de um fotógrafo para os acompanhar na missão geográfica de exploração do Rio Purús, advertindo que “as antigas expedições portuguesas não conheceram esse luxo e, entretanto, tinham realizado feitos extraordinários” (Gomes 1966, 0496) – manifestação evidente de um pensamento retrógrado incapaz de conciliar a necessidade do emprego de novas técnicas ao contexto brasileiro, agrário e natural.

UMA HISTÓRIA DO CINEMA DE LONGA DURAÇÃO?

Ao longo do artigo, demonstramos como o curso *Os filmes na cidade* (1966) encontra ressonância em muitos dos conceitos delineados por Paulo Emílio em sua interpretação histórica do cinema brasileiro em sua trajetória no subdesenvolvimento. Em *Imagens do Passado*, José Inácio (2002) sustentou que os artigos publicados no *Suplemento Literário* na primeira década de 1960 e os trabalhos históricos de maior fôlego publicados a partir de 1966 foram fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas no país. Aderindo a essa interpretação, avançamos em relação aos estudos anteriores alocando o curso

como epicentro, no qual Paulo Emílio identificou na gênese da formação do Brasil como país formalmente independente de fisionomias econômicas, sociais, políticas e psicológicas que persistiram ao longo dos séculos XIX e XX, como o subdesenvolvimento técnico, a mentalidade importadora, a falta de espírito associativo, etc. Nas demais aulas do curso, voltadas à identificação da gênese dos temas mais expressivos da cultura brasileira que persistiram no cinema é fundamental para a interpretação de Paulo Emílio a propósito da expressividade social dos filmes cantantes, da comédia musical e das chanchadas nos filmes de ficção. No caso do documentário, a persistência de temas como o Ritual do Poder, O Berço Esplêndido e o Ritual Popular não foram menos sugestivos, demonstrando o empenho geral do historiador em interpretar o fenômeno cinematográfico brasileiro.

Como vimos, o curso se ocupou de um período mais longo (1808-1896), voltado a elucidar as técnicas, da mentalidade e da cultura laboral do país. A propósito das manifestações culturais, o historiador dividiu sua narrativa em outros dois períodos: 1808-1850 e 1851-1896. Já em *Panorama do Cinema Brasileiro* (1966), texto de referência para a parte propriamente cinematográfica do curso, Paulo Emílio dividiu sua narrativa em outros cinco períodos: Primeira Época: 1896-1912; Segunda Época: 1912-1922; Terceira Época: 1923-1933; Quarta Época: 1933-1949 e Quinta Época: 1950-1966.

Diante da organização dessa periodização, demarcada entre 1808 e 1966, a investigação da persistência de alguns temas e fisionomias sugere uma hipótese até então não demonstrada pelas pesquisas pauloemilianas: se as anotações sobre o século XIX tivessem sido redigidas e publicadas com o *Panorama do Cinema Brasileiro* (1966), teríamos uma história econômica, técnica, psicológica e social da cultura brasileira inscrita na longa duração, modalidade historiográfica celebrizada por Fernand Braudel no clássico *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II* (1949) (Vovelle 2001, 80). Em conjunto, Paulo Emílio buscou nesse estudo de longa duração uma explicação de ordem técnica, econômica, psicológica, social e cultural para compreender traços importantes de nossa fisionomia nacional, relatadas em obras de viajantes, retratadas em memoriais, tematizadas em pinturas e fotografias, identificadas no teatro, cinema, cinejornais e finalmente, transpostas para a televisão.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Humberto. *Desenvolvimento ou Escravidão. Aspectos de Influências Externas na Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1964.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições de Cidade de São Paulo*, vol. 01. São Paulo: José Olympio Editora, 1954.
- CARDOSO, Maurício; SARAIVA, Leandro Rocha. A crítica engajada de Paulo Emílio: cinema, subdesenvolvimento e seus impasses. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 75, p. 129-143, abr. 2020.
- CORREA JÚNIOR, Fausto Douglas. *A Cinemateca Brasileira: das luzes aos anos de chumbo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- FUTEMMA, Olga. *Arquivo Paulo Emílio Salles Gomes: rastros de perícia, método e intuição*. (Dissertação de Mestrado). ECA – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, Ltda, 1978.
- MENDES, Adilson Inácio. *Trajatória de Paulo Emílio*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.
- MORETTIN, Eduardo; XAVIER, Ismail. La critique cinématographique au Brésil et la question du sous-développement économique: du cinéma muet aux années 1970. *1895: Revue d'Histoire du Cinéma*, Paris, n. 77, hiver 2015.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- PINTO, Pedro Plaza. As tarefas do crítico e os desafios do intelectual, p. 140-167. In: ALMEIDA, Thiago; XAVIER, Nayara (orgs.) *Paulo Emílio: Legado Crítico*. São Paulo: CINUSP/ Cinemateca Brasileira, 2017.
- SOUZA, Carlos Roberto de. *A Cinemateca Brasileira e a Preservação de Filmes no Brasil*. (Tese de Doutorado). ECA – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.
- SOUZA, José Inácio de Melo. *Paulo Emílio no Paraíso*. São Paulo: Editora Record, 2002.
- VOVELLE, Michel. A História e a Longa Duração. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- XAVIER, Ismail. *Sétima Arte: Um culto moderno. O idealismo estético e o cinema*. São Paulo: Edições SESC, 2017.

Fontes

- FIAPF. Anais do Congrès de Rome 1949. *Fédération Internationale des Archives du Film*. Secrétariat Exécutif, Paris: 1949.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. A agonia da ficção. In: *Crítica de Cinema no Suplemento Literário*. Rio de Janeiro: Embrafilme/Paz & Terra, 1982b.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Aula 2 de maio*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PE PI 0491.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Aula 9 de maio*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PE PI 0496.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. In: *Uma Situação Colonial?* Carlos Augusto Calil (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Curriculum Vitae de Paulo Emílio Sales Gomes*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1973, acesso: PEPI 0752.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Ensino. Inventos e Impulsos*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1965, acesso: PEPI 0492.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Gosto pela inteligência*. In: *Crítica de Cinema no Suplemento Literário*. Rio de Janeiro: Embrafilme/Paz & Terra, 1982b.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *O cinema brasileiro na década de trinta (1973)*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, acesso: PEPI 0296.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. O dono do mercado. In: *Crítica de Cinema no Suplemento Literário*. Rio de Janeiro: Embrafilme/Paz & Terra, 1982b.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. Pequeno Cinema Antigo. In: *Uma Situação Colonial?* Carlos Augusto Calil (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. Um mundo de ficções. In: *Crítica de Cinema no Suplemento Literário*. Rio de Janeiro: Embrafilme/ Paz & Terra, 1982b.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. Uma situação colonial? In: *Crítica de Cinema no Suplemento Literário*. Rio de Janeiro: Embrafilme/Paz & Terra, 1982b.

Manuscritos da primeira parte do curso *Os filmes na Cidade (1966)*

- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Anexo B*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0490.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Anexo G*. Cinemateca Brasileira. Arquivos e Coleções: Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0488.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Aula 2 de maio*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0491.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Aula 9 de maio*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0496.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Aula de 16 de maio*. Cinemateca Brasileira. Arquivos e Coleções: Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0493.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Aula de 9 de maio*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0489.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Ensino. Inventos e Impulsos*. Comentário Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1965, acesso: PEPI 0492.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Ermani Silva Bruno*. Cinemateca Brasileira. Arquivos e Coleções: Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0494.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Folha Esparsa Eneida*. Cinemateca Brasileira. Coleção Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: S/nº.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Gastão Cruis*. Cinemateca Brasileira. Arquivos e Coleções: Paulo Emílio Sales Gomes, 1966, acesso: PEPI 0495.

Paulo Emílio e os filmes na cidade (1966)
economia, cultura laboral e mentalidade na gênese do subdesenvolvimento
Artigo recebido em 07/09/2020 • Aceito em 24/05/2021.
DOI | doi.org/10.5216/rth.v24i1.65510
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado